

MATERIAIS CONSTRUTIVOS DE TIBÃES, “...*UBI MODO FUNDATA EST MONASTERIO.*” (1077-1834)

LUÍS FONTES¹
AIDA MATA

1. INTRODUÇÃO

Glosando a referência do mais antigo documento que refere a existência do mosteiro de Tibães e que deu título a esta comunicação, o mosteiro que aí agora se (re)construiu possui uma longa história, história que se conhece relativamente bem, devido às investigações de arqueologia e de história desenvolvidas desde 1992, no âmbito do projeto integrado de intervenção a que foi sujeito, por iniciativa do estado português.

Os estudos realizados abarcaram temáticas diversas, da história da arte à arquitetura, da história económica e institucional à arqueologia da arquitetura, da paisagem e do povoamento.

Para o tema que aqui interessa, partimos do conhecimento alargado que já se possui da história arquitetónica do monumento, debruçando-nos sobre o período compreendido entre a sua fundação, nos finais do século XI e a sua extinção como casa monástica, em 1834-36.

Na primeira parte desta comunicação apresentamos breves considerações sobre a metodologia que orientou o estudo.

No capítulo seguinte desenvolve-se o tema central do trabalho caracterizando, em correlação com o quadro evolutivo das edificações do mosteiro de São Martinho de Tibães e para cada um dos três principais ciclos de obras identificados, os tipos de materiais construtivos utilizados e suas aplicações.

Através de tabelas procuramos sistematizar os dados recolhidos indicando, para cada grande ciclo construtivo e com base nas fontes arqueológicas e documentais, os *Tipos de Materiais* e as suas *Aplicações* nos diversos *Componentes de Construção*.

¹ Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / CITCEM / lfontes@uaum.uminho.pt

Este trabalho, de base monográfica e focado exclusivamente na tipologia de materiais construtivos e suas aplicações, pretende dar um primeiro contributo para o tema da História da Construção nos tempos medievais e modernos na região de Braga. Temos consciência que o tema não fica esgotado, muito pelo contrário, constitui apenas a primeira etapa de exploração analítica dos dados, a partir dos quais será possível desenvolver estudos futuros.

Especialmente para a época moderna, os extraordinários registos documentais do mosteiro de Tibães, de que apresentamos alguns extratos exemplificativos no apêndice documental a este artigo, permitirão explorar temáticas tão diversas e interessantes como, entre outras: Tipo e origem dos materiais; centros de abastecimento e comercialização e redes de transportes; Centros e modalidades de produção de materiais construtivos, em correlação com a origem dos materiais; Especialização de recursos humanos, isto é, tipologia de profissões associadas à construção, sua origem e itinerância dos profissionais da construção.

2. MATERIAIS CONSTRUTIVOS E ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA: BREVES NOTAS METODOLÓGICAS

Os estudos da evolução arquitetónica do mosteiro de São Martinho de Tibães assentaram no pressuposto metodológico de que qualquer edificação, por mais simples ou complexa que seja, realiza um processo construtivo que contempla, sempre, três aspetos: a decisão de edificar; o projeto da edificação; e a execução física do edifício projetado.

Efetivamente, o primeiro requisito para a existência de uma edificação é a tomada de decisão de construir por parte de um encomendador/promotor, o qual é suposto que possua os necessários recursos financeiros.

Verificado este requisito inicial, o processo continua com a elaboração do projeto que, para além do desenho formal e funcional da edificação, deve estabelecer que recursos materiais e humanos serão necessários à sua execução, fazendo convergir as disponibilidades financeiras com as estimativas orçamentais da obra projetada.

O processo finaliza com a execução da obra propriamente dita, que vai materializar a edificação, através da aplicação das soluções construtivas consideradas adequadas, isto é, através da manipulação dos diferentes materiais construtivos de acordo com determinadas técnicas.

Podendo fazer-se *per se*, o estudo dos materiais construtivos deve realizar-se no quadro da explicação do processo construtivo, pois proporciona informações sobre múltiplos aspetos desse processo, desde a origem das matérias às redes de comercialização e transporte, das técnicas de produção às técnicas de montagem e acabamento, dos custos das matérias-primas originais à opção pela reutilização/

reciclagem, da existência de recursos humanos tecnicamente especializados à organização social e económica do trabalho.

O estudo dos materiais construtivos deve fazer-se, igualmente, no quadro da interpretação da evolução arquitetónica dos edifícios na longa duração para, assim, evidenciar as continuidades e mudanças das soluções construtivas utilizadas.

Neste caso de estudo do mosteiro de São Martinho de Tibães e com base nos resultados da intervenção arqueológica aí realizada entre 1992 e 2006, bem como nos dados da investigação documental, fixaram-se os três seguintes grandes ciclos construtivos: o mosteiro medieval (séculos XI-XII); o mosteiro da Reforma (século XVI); e o mosteiro moderno (séculos XVII-XVIII) (Fontes 2005).

À síntese descritiva de cada um dos ciclos associamos tabelas nas quais se referenciam os tipos de materiais construtivos, correlacionando-se a sua aplicação com as componentes da edificação.

Para o efeito, distinguiram-se como *Tipo de Materiais* os *Materiais Naturais* (pedras, areias e argilas, madeiras) e os *Materiais Transformados* (cal, cerâmicas, argamassas, metais, vidros, tintas). Relativamente às *Componentes da Edificação* consideraram-se a *Estrutura Vertical* (paredes – fundações, paramentos e vãos), a *Estrutura Horizontal* (pisos, tetos e coberturas) e os *Acabamentos e Decorações*.

3. EVOLUÇÃO ARQUITETÓNICA, MATERIAIS CONSTRUTIVOS E APLICAÇÕES

3.1. O mosteiro medieval (séculos XI-XII)

Data do ano de 1077 a primeira referência documental ao mosteiro de Tibães, correspondente a uma doação de Boa Gonçalves à Sé de Braga relativa a propriedades em Tibães, na qual se explicita que se localizam próximo de “onde agora se fundou o mosteiro”². Admite-se que a fundação terá ocorrido pouco antes desta data, por iniciativa do nobre portugalense Paio Guterres da Silva, *vicarius regis* de Afonso VI de Leão.

Do primitivo edifício do desde então designado Mosteiro de São Martinho de Tibães, de observância beneditina, não se conhece nada em contexto original. Para além de alguns capitéis de tipo coríntio, dados como provenientes de Tibães e atualmente no Museu Pio XII, em Braga (Fontes *et al.* 2009:18 e 20-21), os trabalhos arqueológicos permitiram identificar alguns blocos de granito com cavidade para utilização de *fórfex*, reaproveitados nos alicerces da edificação românica.

² ADB – *Gavetas*, LIBER FIDEI, fl. 46, 46v. (COSTA 1965:158, doc.136).

Embora escassos e fora do seu contexto original, estes dados permitem considerar a possibilidade de em Tibães se ter projetado um primeiro templo de traça pré-românica, com recurso a materiais reaproveitados, denunciando um processo construtivo pouco elaborado e uma solução arquitetónica modesta.

A utilização de elementos escultóricos de períodos anteriores por parte dos monges de Tibães está claramente testemunhada no episódio relacionado com o sarcófago de mármore que serviu para sepultar o arcebispo de Braga, São Geraldo, em Dezembro de 1108, o qual se refere ter vindo de Tibães. Conforme detalha a crónica escrita pelo arcediogo Bernardo, seu discípulo, esse “sepulcro” de mármore tinha sido inicialmente levado de Braga para Tibães pelos monges, que o haviam desenterrado numa colina da cidade, “onde fora o cemitério dos reis”, para nele enterrar um “magnate portucalese” (Cardoso 1995:35; PMH.Scrip, *Vita Sancti Geraldi*, 57).

Esta passagem da crónica é especialmente interessante porque, ao precisar que se desenterrou um sarcófago de mármore onde tinha sido o “cemitério dos reis”, na colina de Braga, testemunha claramente a prática de utilização antiga das ruínas da cidade romana, que permaneceram visíveis até ao século XVIII, como fonte de matéria-prima para a construção (Fontes 2005:114).

Contudo, um conjunto significativo de referências arqueológicas e documentais indicava, sem margem para dúvidas, que em Tibães teria existido um templo de traça românica. De facto, várias peças de escultura arquitetónica recolhidas no Museu Pio XII, em Braga e inúmeras outras dispersadas pelo mosteiro, a par da descrição dos “arquinhos metidos na grossura da parede da igreja velha” (Tomás 1974:397), testemunhavam a existência de um projeto construtivo de traça românica, que as escavações arqueológicas vieram a confirmar.

Para além de proporcionarem a recolha contextualizada de diversas peças com decoração arquitetónica românica, como capitéis, frisos, aduelas e impostas, as escavações arqueológicas permitiram identificar ruínas de parte significativa da igreja e da área claustral, que admitimos corresponder ao projeto românico, bem como vestígios da necrópole medieval que serviu a comunidade entre finais do século XI e meados do século XVI.

Os vestígios da parede meridional da igreja medieval desenvolvem-se ao longo de mais de 20 metros pela banda norte do jardim do atual claustro, correspondendo a uma parede de silharia granítica de dupla face e miolo de calhaus, cascalho e argamassa de saibro, assente sobre um leito regularmente horizontal de calhaus, que preenche uma larga vala de fundação escavada no xisto. A parede teria 1,2 metros de espessura acima do nível de circulação e cerca de 1,5 metros no embasamento, relevando neste a inclusão de silhares com cavidade para uso do *fórfex*. O leito de calhaus subjacente ocupa toda a largura da vala de fundação, isto é, cerca de 1,8 metros.

No lado sul do átrio, sob a passagem do claustro para a sacristia, encontraram-se os restos do alicerce de uma parede em arco de círculo e arranque de tramo reto

com junção apilastrada. Bem assente no solo natural, com uma espessura de aproximadamente 1,20 metros, de excelente aparelho de cantaria granítica, com blocos dispostos ora de testa ora de peito e miolo preenchido com cascalho e argamassa de saibro e argila, este resto de parede revela características construtivas que se enquadram nos padrões românicos. Um capitel de feição claramente românica foi recolhido no aterro associado à demolição desta parede.

A sua planimetria, definida por um tramo reto e outro semicircular, corresponde ao troço de ligação da nave com a cabeceira, mais precisamente ao topo setentrional do arco triunfal. Trata-se portanto dos restos de um templo com abside semicircular, que corresponderia à edificação medieval românica de Tibães, que de um modo genérico se pode datar do século XII.

Considerados em conjunto, os dados recolhidos permitiram elaborar uma proposta de reconstituição do modelo arquitetónico, em que se destaca a igreja de uma só nave retangular orientada E-O e cabeceira em abside semicircular, com a quadra claustral desenvolvendo-se a sul e depois, contígua, a horta. A massa edificada configura uma forma em "U" aberto para sul, destacando-se a norte o maior volume da igreja, de cujos topos arrancam as alas nascente e poente que enquadram o espaço claustral, de volumes menos elevados. Do ponto de vista topográfico, a igreja implanta-se no limite setentrional do coroamento do outeiro, desenvolvendo-se os restantes edifícios para a chã que se estende para sul (Fontes 2005:117).

O projeto arquitetónico medieval de Tibães, apesar de revelar a organização espacial que permite a sua filiação no quadro dos modelos ocidentais de arquitetura monástica, apresenta características particulares que o distinguem das grandes abadias europeias e que o aproximam, sobretudo, da generalidade dos pequenos mas ricos mosteiros da região bracarense, apropriados ou fundados nos séculos XI e XII por patronos poderosos, ao tempo dos governos dos condes portugalenses e do reinado de Afonso Henriques, nos quais o espaço claustral não parece ter sido totalmente enquadrado por alas porticadas (Fontes 2005:118).

A partir dos dados arqueológicos foi possível elaborar uma reconstituição integral da planta do templo, a qual revelou grandes analogias com a planta da igreja do mosteiro beneditino de São Fins de Friestas, em Valença, sugerindo a difusão de modelos arquitetónicos padronizados, que se manifestam também numa outra igreja de um mosteiro beneditino da região bracarense – Fonte Arcada, Póvoa de Lanhoso (Fontes 2005:119).

Para a cronologia da edificação românica da igreja do mosteiro de São Martinho de Tibães possuímos uma referência segura no epitáfio do abade Ordonho – [...] HOC REQ(u)I(e)SCAT / [...] [id]US AP(ril)IS ORDONIUS A[bbas] – conservado num fragmento de lintel do tímpano do portal, criticamente datado de [1151-1161] (Barroca 2000:239; Fontes e Pereira 2009:15), o que significa que a igreja já estaria concluída em meados do século XII.

Se considerarmos que em 1110 o mosteiro de Tibães beneficiou da outorga de um amplo couto³ e conseqüentemente passou a dispor de mais rendimentos, pode aventar-se a hipótese de por essa altura ter conhecido um forte impulso construtivo, aceitando-se que a igreja do mosteiro de Tibães tenha sido edificada ao longo da primeira metade do século XII. Poderemos até associar a este impulso construtivo a ação do dinâmico e influente abade Nuno, que governou Tibães entre 1095 e 1135 (Mattoso 1993:398).

No caso de Tibães, pode colocar-se a hipótese de ter existido apenas um projeto original de orientação “protorromânica”, que se afirmou plenamente românico em curso de obra, constituindo o reaproveitamento de materiais arquitetónicos antigos a expressão da conservação dessas formas antigas de construir.

A “tradição” evidencia-se igualmente nas tipologias e gramáticas decorativas utilizadas, reveladoras da permanência de características estilísticas de sabor pré-românico, como as aduelas decoradas com rosetas ou como as que se manifestam num capitel cúbico, formalmente semelhante a capitéis da Sé de Braga e de São Pedro de Rates, de feição “arcaizante”, “protorromânticos” ou de “ascendência pré-românica”, atribuíveis ao tempo do bispo D. Pedro. Outros elementos ilustram bem a aceitação e larga difusão das temáticas decorativas especificamente românicas, especialmente desenvolvidas ao longo de todo o século XII e que, ao surgirem também em Tibães, nos revelam que a igreja terá beneficiado de programas decorativos padronizados. É o caso dos frisos enxaquetados, dos capitéis vegetalistas de entrançado denso, das impostas e ábacos com encordoados, ramagens e motivos “em cereja” e das aduelas de arquivoltas decoradas com lanceolados e ovados ou aduelas historiadas, como a que representa uma bailadeira, tudo gramáticas decorativas que se identificam em Tibães e em praticamente todas as igrejas românicas da região bracarense, designadamente nas suas contemporâneas de Manhente, de Vilar de Frades e da Sé de Braga (Fontes 2005:120).

Aliás, na escultura arquitetónica destas igrejas identificamos uma outra característica comum, que é a utilização do mesmo tipo de granito claro – granito da Pousa/Caldas, fácies moscovítica de grão fino (Ferreira *et al.* 2000:22), mais macio e por isso mais adequado ao minucioso trabalho artístico dos canteiros escultores.

Nas paredes, de dupla face e miolo preenchido com calhaus, cascalho e argamassa de saibro, utilizou-se um outro granito de grão mais grosseiro, existente também na zona da Pousa/Caldas, no qual se talharam blocos bem esquadrados, com dimensões médias de 0,60 x 0,40 metros, montados em fiadas horizontais regulares, no

³ Em 1110 os condes portugalenses D. Henrique e D. Teresa doam ao Mosteiro de Tibães as terras adjacentes ao mesmo e fazem-lhe a outorga da Carta de Couto – DMP/DR, 17 e 18 (Azevedo 1958:23-25 e 562-564).

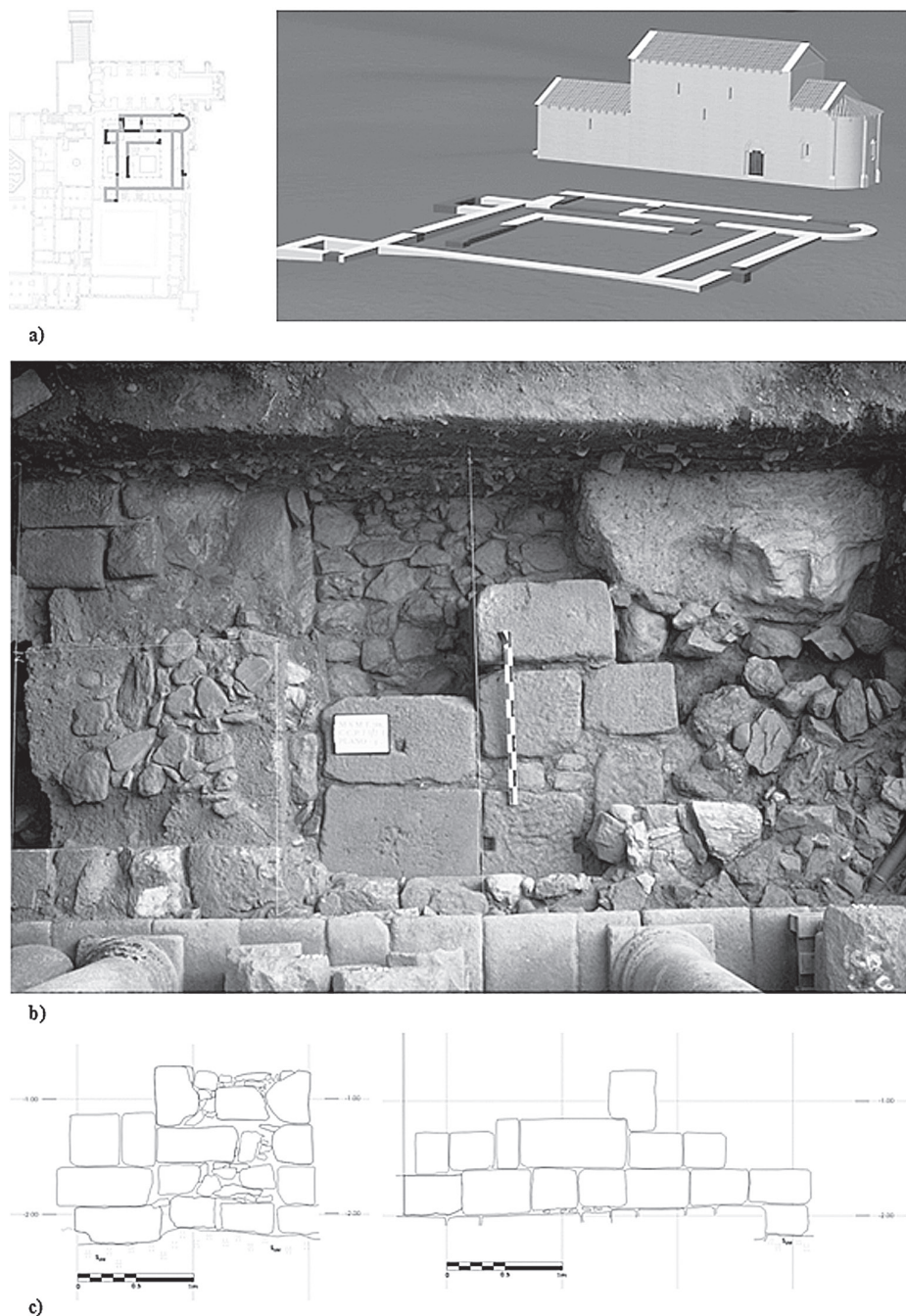


Fig. I. a) Planta do mosteiro medieval e proposta de restituição 3D da igreja românica. b) Pormenor do alicerce da igreja românica, com reaproveitamento de silhares com *fórfex*. c) Alçados dos restos da abside românica, evidenciando aparelho pseudo-isódomo.

característico aparelho pseudo-isódomo dos edifícios românicos. Nas faces visíveis dos blocos, mais cuidadosamente afeiçãoadas, foi quase sempre gravada uma sigla, predominantemente alfabético e de tamanho variável, identificando-se em Tibães cerca de uma vintena de siglas diferentes, testemunhando a existência de um estaleiro de canteiros de razoável dimensão (Fontes 2005:122-123).

Quadro I. Materiais e aplicações na edificação medieval do mosteiro de Tibães.

		Fundações	Paramentos	Vãos	Pisos	Tetos	Coberturas	Acabamentos Decorações
Pedras	granito xisto	X X	X	X	X	X		X
Areias	alteração xistenta (nas argamassas)							
Cal	(nas argamassas)							
Cerâmicas	telhas						X	
Argamassas	cal + areias de altera- ção + cascalhos de granito e xisto	X	X		X			

3.2. O mosteiro da Reforma (século XVI)

Tal como as fontes documentais registam e os trabalhos arqueológicos confirmaram, o século XVI foi, em Tibães, um século de renovação arquitetónica (Fontes 2005:127-135).

Confirmou-se arqueologicamente a construção de novos blocos a sul e a poente, conservando-se deste importantes vestígios da portaria dos carros. O claustro também terá sido reconstruído nesta altura, como denunciam as referências documentais⁴ e mostram os vestígios da edificação quinhentista conservados na parede nascente do atual claustro do cemitério, a par de alguns capitéis tardios encontrados reaproveitados nas edificações posteriores. Identificaram-se ainda os embasamentos da torre junto da fachada da igreja medieval.

Da capela de Nossa Senhora do Rosário, no lado norte da capela-mor, já edificada em 1555, por iniciativa do abade comendatário frei Bernardo da Cruz, também se encontraram restos arqueológicos.

No canto NE do atual claustro do cemitério identificou-se ainda parte do piso da nave da “igreja velha”, distinguindo-se um primeiro nível térreo, com vestígios de incêndio, sobreposto por um segundo, do lado da Epístola, que conservava arga-

⁴ AMS *Cronic.*, 211-212 e ANTT, Mosteiro de São Bento da Saúde, Lv. n.º 9, fls. 62-65.

massa com negativos de pavimentação em tijolo. Esta segunda pavimentação poderá relacionar-se com a remodelação que terá acompanhado a construção da capela de Nossa Senhora do Rosário, em meados do século XVI, como já se referiu acima.

Ao nível da cerâmica de construção, refiram-se os poucos exemplares de azulejos mudéjares ou hispano-árabes, datáveis dos finais do século XV e século XVI, bem como os mais abundantes fragmentos de tijoleiras com bordo biselado, para revestimento de pavimentos, também datáveis, por relação estratigráfica, dos séculos XV-XVI.

Sob as atuais escadas da portaria de pé colocaram-se a descoberto restos de paredes que se interpretam como correspondentes a parte da portaria quinhentista que rematava, a noroeste, os edifícios cuja construção se pode inscrever no conjunto de obras empreendidas pelo abade comendatário frei António de Sá, no segundo quartel do século XVI.

As paredes colocadas a descoberto, com uma espessura variável entre 0,80 e 1,00 metros, são todas em sólida alvenaria granítica formada por blocos poligonais de tamanhos variáveis, cascalho e argamassa amarelada de saibro e cal, com juntas largas. Assentam em alicerce de aparelho ciclópico, ligeiramente mais largo que a parede, solidamente fundado na rocha xistenta de base, que incorpora elementos construtivos reaproveitados de construções anteriores, nomeadamente alguns silhares medievais com siglas de canteiro e fragmentos de guarnições de vãos (Fontes 2005:68-69).

As paredes descritas prolongam alinhamentos de ruínas identificadas no claustro do cemitério, no jardim do abade e no rés-do-chão do coristado, destacando-se a grande parede correspondente à fachada quinhentista, que se identifica desde a fachada da igreja medieval e que aqui conserva quase toda a porta dos carros, ainda com soleira e parte da ombreira nascente, vendo-se nesta o polimento provocado pela passagem dos animais. No paramento exterior conservam-se ainda restos do reboco exterior do que seria a fachada do mosteiro, em argamassa de saibro e cal, com pintura a ocre amarelado, bem como vestígios do embasamento de um pequeno tanque ou fonte exterior, que ladeava a porta (Fontes 2005:69-70).

Estamos perante um conjunto de vestígios de edificações que associamos à fase "reformista" de Tibães, correspondente ao período de transição do mosteiro medieval ao moderno, iniciado com as grandes obras de renovação empreendidas pelo abade comendatário D. António de Sá (1535-1550) e prosseguido, sendo Tibães já casa-mãe da ordem beneditina em Portugal, com as obras complementares dos primeiros abades-gerais, como frei Pedro de Chaves (1569-1581) e frei Baltazar de Braga, três vezes abade-geral, a primeira em 1587-1590 (Dias 1993).

É precisamente ao mosteiro reconstruído por D. António de Sá que se refere a primeira descrição física pormenorizada do mosteiro de Tibães, datada de meados

de Quinhentos⁵, descrição que, em conjunto com os dados arqueológicos, permitiu ensaiar a restituição da planimetria do mosteiro de Tibães em finais do século XVI.

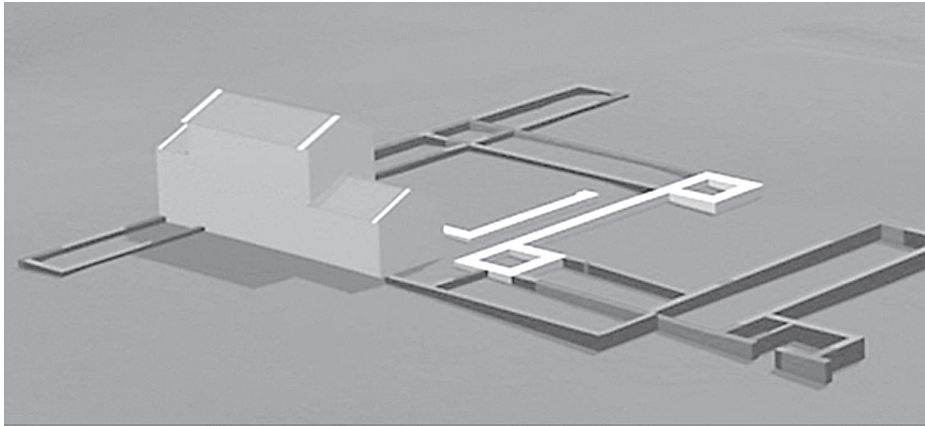
Nesse ensaio de restituição ressalta a manutenção do núcleo medieval original, no qual se impõe a igreja, ao qual se acrescentaram as novas construções, tanto a nascente como a poente. A topografia e a distinta funcionalidade dos novos espaços condicionaram o seu tamanho e a sua disposição, determinando na banda nascente edificações em apêndice (a capela de Nossa Senhora do Rosário no lado norte da capela-mor e um dormitório a sul, no prolongamento da ala nascente do claustro), enquanto no lado poente permitiu uma solução de maior continuidade, com a organização de uma nova quadra (o claustro dito da portaria, enquadrado por alas de maior volumetria, como a hospedaria e o noviciado), e um terreiro (delimitado pelos edifícios térreos das adegas, oficinas e estrebarias). No conjunto, a massa edificada praticamente duplicou, desenvolvendo-se agora ao longo de um eixo E-O definido pela parede meridional do templo.

Do ponto de vista técnico-constructivo pode até falar-se, para Tibães, em alguma perda de qualidade, patente nas paredes de alvenaria de blocos poligonais simplesmente faceados, incluindo o reaproveitamento sistemático de silhares românicos, agora montados em fiadas irregulares e com juntas muito largas, preenchidas com argamassa e cascalho.

Bases de coluna oitavadas, vãos de portas em arco abatido com molduras em chanfro e azulejos mudéjares, são dos poucos elementos de decoração arquitetónica que podemos associar às edificações quinhentistas e remetem-nos para uma diversidade de estilos, cronologicamente concordantes com o período de renovação construtiva empreendida pelos últimos abades comendatários de Tibães e pelos primeiros abades gerais eleitos trienalmente.

Os vestígios conservados dão-nos testemunho de um mosteiro arquitetonicamente renovado com soluções de transição, tal como patenteiam a conservação da igreja medieval, de traça românica, a par de um claustro principal, reconstruído eventualmente ao gosto tardo-gótico, bem como o novo claustro da portaria, muito provavelmente já influenciado pelas formulações maneiristas, como sugere a referência a colunas sobre pilares (Fontes 2005:130).

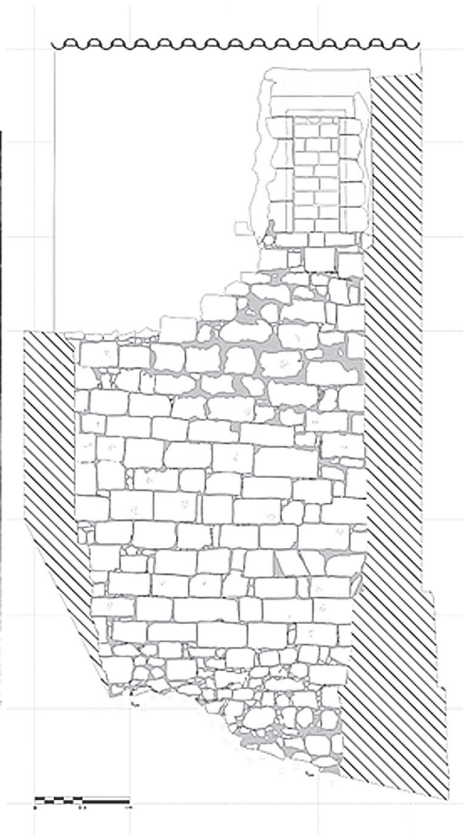
⁵ *Descrição e delimitação do mosteiro de Tibães*, s/d [século XVI] (ADB/ Fundo Monástico Conventual – Tibães S. Martinho, Tombos, n.º 62, fls. 10-11). Publicado em Fontes 2005: Documento 3 (transcrição de Anabela Ramos). Este documento é uma cópia, feita provavelmente ainda no século XVI, do tomo das propriedades do mosteiro originalmente elaborado em 14 de Junho de 1555. O original (ADB/ Fundo Monástico Conventual – Tibães S. Martinho, Autos dos Tombos, n.º 3, fls. 6v.-9v.), parcialmente publicado por Aida Mata (2002), ainda se conserva.



a)



b)



c)

Fig. II. a) Proposta de restituição 3D da planimetria do mosteiro quincentista. b) Pormenor de parede quincentista na zona da *Portaria dos Carros*. c) Alçado de parede quincentista com reaproveitamento de silhares da edificação medieval.

Quadro II. Materiais e aplicações na edificação quinhentista do mosteiro de Tibães.

		Fundações	Paramentos	Vãos	Pisos	Tetos	Coberturas	Acabamentos Decorações
Pedras	granito xisto	X X	X X	X	X			X
Areias	fluviais alteração xistenta (nas argamassas)							
Argilas	ocre (nas tintas)							
Cal	(nas argamassas e tintas)							
Cerâmicas	telhas tijolos azulejos			X	X		X	X
Argamassas	cal + areias fluviais e de alteração + cascalhos de granito e xisto	X	X		X			X
Tintas	cal e ocre							X

3.3. O mosteiro moderno (séculos XVII-XVIII)

Muitos dos *Livros de Depósitos*, *Livros de Obras* e *Estados*, relativos ao mosteiro de São Martinho de Tibães, ainda hoje se conservam no Arquivo Distrital de Braga (Araújo e Silva 1985). Neles se registaram praticamente todas as obras realizadas durante os séculos XVII e XVIII documentando, com detalhe pouco habitual, todo o processo construtivo.

Parte significativa da edificação monástica que hoje se conserva e se oferece à visita corresponde, precisamente, ao conjunto construído no decurso desses séculos e foi sobre ela que, com maior amplitude, incidiram os trabalhos arqueológicos.

Assim, nos subcapítulos seguintes e cruzando os dados das fontes escritas, das escavações arqueológicas e do levantamento do edificado existente, identificam-se os diversos programas que os monges beneditinos conceberam para Tibães, os projetos arquitetónicos delineados e que soluções técnico-construtivas os materializaram⁶.

⁶ Nesta síntese da evolução arquitetónica do mosteiro dos séculos XVII e XVIII, seguimos Fontes, L. (2005).

3.3.1. Fase I: instalar a comunidade

No decurso do século XVII os beneditinos de Tibães empreenderam um ambicioso projeto de reconstrução total do seu mosteiro, procurando dar satisfação às necessidades da comunidade e ao seu novo papel de sede da congregação.

As obras começaram pela construção de um novo noviciado, uma nova cozinha e um novo dormitório, já concluídos cerca de 1625, avançando simultaneamente a construção do novo claustro do refeitório⁷, adossado pelo lado Sul ao pré-existente claustro do cemitério e que já estaria funcional menos de cinco anos depois. Entretanto, havia-se iniciado a reconstrução do claustro do cemitério, a par da edificação da nova e monumental igreja, que se dá por concluída em 1661⁸.

Contudo, este programa construtivo não parece ter sido objeto de um projeto global de arquitetura, de risco unitário, tudo indicando que se foi projetando por partes⁹, em concordância com a dependência de fatores conjunturais, como sejam a maior ou menor disponibilidade de meios, o maior ou menor empenho dos abades-gerais com o programa construtivo e a sua maior ou menor receptividade às soluções arquitetónicas preconizadas, o que também se terá repercutido na longa duração das obras.

O claustro do refeitório, pelas arcarias toscanas, janelas em capialço e azulejos policromáticos, poderá incluir-se na tradição maneirista. Também a igreja, de nave única com abóbada de canhão ritmada por caixotões em granito, capelas laterais intercomunicantes, transepto inscrito, capela-mor com altar elevado e coro iluminado por janelão, se pode filiar no maneirismo romano. Nos contrafortes em alambor e aparelho de cantaria "almofadada" do embasamento da capela-mor percebem-se igualmente influências da arquitetura militar maneirista. Já na abóbada de nervuras do teto do átrio do coro e na torre sul, com escada helicoidal e coroamento inicialmente mais baixo, se percebe a perduração do manuelino.

Do ponto de vista estilístico, os novos edifícios de Tibães, ao fundirem todas essas influências, realizam exemplarmente o chamado "estilo chão" nacional.

No que respeita às soluções técnico-construtivas, interessa assinalar a dominância dos aparelhos de alvenaria de pedra afeiçoada na elevação das paredes, reservando-se a cantaria de silhares esquadriados para a fachada da igreja e para o embasamento da mesma. Distingue-se ainda a alvenaria ciclópica das grossas

⁷ ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 535, 536 e 537.

⁸ ADB FMC, Congregação de S. Bento, 112 Tibães, *Estado de 1632, fl.10; Estado de 1653, fls.10 a 12; Estado de 1638, fls.7-7v.; Estado de 1656, fl.10v;* Tibães, *Livros do Depósito*, 538; AMS Cron. 381, 399, 435 e 445;

⁹ Em 1645 referencia-se frei João Turriano, arquiteto e engenheiro militar, que "traçou a tribuna para a igreja nova" e em 1654 nomeia-se Manuel Álvares, que fez a "traça da igreja nova" – ADB FMC, Tibães, *Livros das Obras*, 458; AMS, Mosteiro de Tibães, *Livro de Obras* (1654-1661).

paredes da igreja, nas quais descarregam as abóbadas graníticas da nave e da capela-mor. Todos os outros tetos são de madeira.

As paredes assentam diretamente na rocha base, recortada para receber as fundações, que são em alvenaria que se vai elevando em ressalto até formar os paramentos, nos quais se abrem os vãos moldurados de portas e janelas, estas em duplo capialço, distribuídos de forma ritmada. A carga sobre as vergas dos vãos é aliviada por arcos de ressalva ou enxalços. As paredes divisórias interiores são de tabique ou taipa de rodízio e de fasquio, predominando as primeiras.

A ampliação exigiu a conquista de espaço às vertentes do outeiro onde se implanta o mosteiro, com declives mais acentuados no lado nascente, colmatando-se os desníveis com aterros compactados de terras limpas ou com balastro miúdo, distinguindo-se no interior da igreja aterros com areias.

O piso inferior, ao nível térreo, é predominantemente lajeado, em granito, enquanto o piso superior é pavimentado com soalho, suportado por vigamentos transversais de madeira, assentes em agulheiros abertos na espessura das paredes.

Todos os paramentos são rebocados com argamassas, distinguindo-se no exterior um acabamento pintado de tinta de cal, e no interior acabamentos diversos, que vão da simples pintura com tinta de cal, branca ou pigmentada, até ao revestimento com painéis de azulejo ou madeira entalhada.

Do ponto de vista do modelo arquitetónico monástico, o resultado do programa construtivo acima descrito traduziu-se num conjunto edificado composto por igreja, dois claustros desenvolvendo-se para sul e, paralelos a estes, pelo lado poente, a cozinha, o noviciado e o hospício. A poente deste conjunto organiza-se um amplo terreiro com edifícios térreos relacionados com a exploração agrícola (adegas, oficinas, estábulos), repetindo a solução da edificação quinhentista¹⁰.

Terá ficado por fazer, neste programa de reconstrução arquitetónica, a sacristia nova, cujo risco e características construtivas se assemelham aos dos edifícios levantados neste período, o que sugere que terá sido projetada no âmbito deste programa mas deixada para execução futura, como veio a acontecer.

Em meados do século XVII temos já, portanto, no mesmo local do anterior e satisfazendo os mesmos requisitos de organização funcional dos espaços, embora ampliado para Sul e poente e com uma expressão volumétrica mais significativa, um mosteiro de São Martinho de Tibães “novo”, materializando o que consideramos ter sido o primeiro programa construtivo pós-reforma de Tibães.

¹⁰ Ver nota 6.

3.3.2. Fase II: acolher a congregação

Após um pequeno ciclo intermédio que durou cerca de 20 anos, durante o qual os esforços construtivos parecem ter diminuído, orientando-se apenas para a decoração arquitetónica da igreja¹¹ e dos claustros, os monges de Tibães começam a executar um segundo programa construtivo, inequivocamente determinado pelas funções administrativas e de representação que decorriam do estatuto de Casa-mãe do mosteiro.

Ao mesmo tempo que “fechavam” o primeiro programa de reconstrução do mosteiro com a colocação dos sinos nas torres e a edificação da nova sacristia, cerca de 1680¹², arrancava-se em 1683 com o novo projeto de ampliação do edificado para poente, primeiro com a reconstrução da portaria de pé e do salão da ouvidoria, a par do átrio da igreja e respetiva escadaria monumental¹³ e depois, um após outro, com o bloco norte do dormitório dos gerais, sala do recibo e celeiro e estrebarias (entre 1686 e 1691)¹⁴, bloco poente do dormitório da hospedaria, botica, abegoarias, palheiros e cortes (entre 1692 e 1697)¹⁵ e, a encerrar o programa, o bloco sul com sala do capítulo, em cuja padieira se epigrafou a data de 1700, livraria, dormitório, adegas e reconstrução ampliada da cozinha (entre 1698 e 1703)¹⁶.

Com esta ampliação, a zona da chamada *Portaria de Pé* viu a sua cota de circulação elevar-se mais de 2,5 metros, até à cota do jardim do abade (ou jardim do jericó da portaria), soterrando as ruínas da anterior *Portaria dos Carros* quinhentista.

Construída em cerca de 15 anos, esta metade poente do mosteiro apresenta uma grande homogeneidade construtiva, tanto do ponto de vista técnico como estilístico, reveladora da existência de um projeto arquitetónico único, de cujo risco, infelizmente, não se conhece o autor. Mas conhecem-se alguns dos mestres que realizaram as obras, documentando-se empreitadas entregues aos mestres pedreiros Manuel Nogueira e Domingos Moreira e ao mestre carpinteiro Manuel Silva¹⁷.

As fachadas austeras, com aspeto sólido, animadas pela simetria da sequência de molduras lisas dos vãos das varandas e janelas, bem como pelo frontão triangular que encima a porta dos carros, permanecem concordantes com a estética de “estilo chão” que presidiu à edificação da metade nascente do mosteiro.

¹¹ Na igreja executam-se retábulos para a capela-mor e para capelas laterais, atribuídos a António de Andrade, bem como estatuária, da autoria de frei Cipriano da Cruz (Mata 1994: 58). AMS Cron. 450 e 452-454; ADB FMC, Congregação de S. Bento, 112 Tibães, *Estado de 1671*, fl.7v.

¹² ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 568 e 569; AMS Cron. 473-476.

¹³ ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 570; AMS Cron. 478-480.

¹⁴ ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 571-572.

¹⁵ ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 573 e 574; AMS Cron. 491 e 495.

¹⁶ ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 575 e 576; AMS Cron. 497-498 e 503-504.

¹⁷ ADB FMC, Tibães, *Livros das Obras*, 460.

Diferentes e mais elaboradas foram as técnicas de construção utilizadas, reveladoras dos profundos conhecimentos da arte de construir, tanto por parte de quem projetou os edifícios, como dos artífices que os levantaram. A sabedoria está patente nos alicerces, assentes na rocha base, nos quais se abriram vãos de 1/4 de arco para possibilitar a circulação das águas de infiltração, impedindo que estas se acumulassem na base das paredes¹⁸. O saber fazer evidencia-se nos tetos em abóbadas de aresta, em tijolo, armadas sobre arcos de volta inteira sustentados por pilares de secção quadrada, uns e outros de cantaria granítica bem esquadrada, com “almofadado”¹⁹, e nos tabiques de rodízio e de fasquio das paredes divisórias interiores.

As paredes seiscentistas, com 0,80 metros de espessura, são de alvenaria mista de granito e xisto, com predominância de blocos de grandes dimensões do primeiro material, miolo preenchido com cascalho e argamassa esbranquiçada de saibro e cal e juntas largas, com paramentos rebocados acima dos pavimentos. Conservando a mesma espessura da parede, os alicerces vão fundar-se na rocha base, através de vala de fundação que rompe os sedimentos e estruturas subjacentes, apresentando muros de reforço transversais (N-S) ligados à parede quinhentista, de alvenaria mais grosseira. Nestes alicerces está patente a engenhosa solução técnica utilizada pelos construtores de Seiscentos para resolver a questão da drenagem das águas de infiltração – vãos definidos por arcos em quarto de círculo, com um raio aproximado de 2,5 metros.

O piso inferior conhece diversas soluções de pavimentação, desde a térrea nas oficinas, adegas, cortes, abegoarias e estrebarias, até aos lajeados de granito nas cavalariças e nas zonas exteriores de maior trânsito. No piso intermédio correspondente à sala do recibo e celeiro, o pavimento é de tijoleiras. O piso superior é pavimentado com soalho, suportado por vigamentos transversais de madeira, assentes no ressalto das paredes formado pelo estreitamento destas no andar superior ou encaixadas em agulheiros abertos na espessura das paredes. As divisórias das celas são predominantemente em tabique de rodízio.

¹⁸ Este pormenor construtivo revela o conhecimento do comportamento diferencial dos substratos rochosos em relação à água. As camadas xistosas e argilosas, como as existentes em Tibães, possuem um elevado grau de impermeabilidade, o que faz com que as águas infiltradas corram à sua superfície, pois não são facilmente absorvidas.

¹⁹ Nem o talhe nem o módulo dos silhares “almofadados” são romanos, não se tratando portanto do reaproveitamento de materiais antigos. Trata-se da imitação moderna do clássico aparelho romano, solução de recorte maneirista que se identifica igualmente noutras edificações monásticas e em fortificações contemporâneas.

Os acabamentos e revestimentos das paredes, que são de alvenaria ciclópica, apresentam características semelhantes às das edificações da metade nascente do mosteiro, descritas no subcapítulo anterior.

Do ponto de vista do modelo arquitetónico monástico e embora quase duplique a massa construída do mosteiro de Tibães, não se verifica qualquer alteração conceptual, mas sim de forma, isto é, procede-se à afetação de novos espaços a velhas funcionalidades. Os novos edifícios, que arrancam da portaria e vão rematar no lado oposto, junto à cozinha, substituem construções anteriores, térreas, realizando a integração arquitetónica do terreiro pré-existente no conjunto edificado.

O piso térreo continua a reservar-se para as instalações de apoio à exploração agrícola da cerca, tal como já existia, mas agora com uma expressão arquitetonicamente ordenada, mais ampla e também de maior qualidade.

Na fachada poente, um piso intermédio destina-se à sala do recibo e celeiro. No piso superior, que se desenvolve à mesma cota do primeiro piso da metade nascente, assegurando portanto a continuidade e interligação dos pavimentos ao nível das varandas dos claustros, afetaram-se a quase totalidade dos espaços às funcionalidades relacionadas com as necessidades da congregação. Consequentemente, desativaram-se os espaços que serviam as mesmas funções na metade nascente do mosteiro.

O que temos, portanto, é um projeto que promove uma nova organização dos espaços, concentrando aqueles que se destinam à comunidade de Tibães na metade nascente e os vocacionados para o serviço da congregação na metade poente. Sustentada por obra nova, esta reorganização traduz-se na melhoria, substancial, da qualidade das instalações para serviço da congregação e, por consequência, das instalações destinadas à comunidade de Tibães, que passou a dispor de espaços desocupados para afetar a novas funcionalidades ou simplesmente melhorar o exercício das existentes.

Pode dizer-se que, ao findar o século XVII, a comunidade beneditina de Tibães tinha concretizado o seu ambicioso projeto de reconstrução do mosteiro, investindo especialmente na qualificação funcional das instalações monásticas e menos nos requintes arquitetónico-decorativos dos edifícios. Diferentemente de outros mosteiros, a criação artística foi aqui mais contida, manifestando-se quase exclusivamente através da decoração arquitetónica de interiores, em especial na igreja.

É difícil saber se tal opção foi determinada pela gestão pragmática dos abades-gerais, por uma atitude rigorista de recusa da ostentação ou, tão-só, pelo conservadorismo estético da comunidade beneditina de Tibães. Pragmatismo, espiritualidade e estética haveriam de convergir no século seguinte, por via do "deslumbramento" barroco, que em Tibães veio a encontrar um espaço de eleição.

3.3.3. Fase III: exaltar os sentidos

Independentemente da sua materialidade, os espaços monásticos organizam-se com base em valores espirituais e simbólicos e visam sempre propiciar a união com Deus, através da qual o religioso encontra a sua unidade interior, tornando-se verdadeiramente *monge* (Dias 1997, 16).

Durante o século XVIII, num quadro geral de estabilidade governativa e de desafogo económico, proporcionados pelo governo de mais de quarenta anos de D. João V e pelos ouro e diamantes do Brasil, a mediação com o sagrado é maximamente valorizada através das artes, originando expressões singulares, plasmadas no que se convencionou chamar arte barroca.

Também os beneditinos de Tibães, beneficiando da conjuntura económica favorável e aderindo à estética barroca, promoveram um vasto conjunto de obras de remate, ampliação e remodelação, de restauros e embelezamentos, em particular nas décadas de 20 e 30 de Setecentos, naquilo que se pode considerar um programa de transformação do seu mosteiro em obra de arte.

Na igreja reconstruiu-se o frontispício da fachada cerca de 1735, ampliou-se a capela-mor em 1755-57 e renovou-se praticamente toda a decoração interior a partir de meados do século. O claustro do cemitério conheceu uma reconstrução integral entre 1725 e 1730, alargando-se a ala da sacristia para nascente, com instalação da sala de estar no rés-do-chão e reconstrução do “capítulo das culpas” no 1º andar; na ala Sul abriu-se, primeiro, ao centro, uma ampla escadaria e renovaram-se, depois, as capelas funerárias; em 1767-70 repavimentaram-se as alas do claustro e colocaram-se os novos painéis de azulejos historiados com a vida de São Bento²⁰.

Em 1731, o amplo terreiro poente foi dividido ao meio por um cénico e poderoso passadiço, separando o terreiro das adegas, a sul, do Jardim de São João, construído na mesma altura no lado oposto²¹. No enfiamento do passadiço para nascente remodelaram-se, em finais da década de 70, os coristado e noviciado²². Em zona contígua, c. 1787, viria a adaptar-se uma sala para refeitório dos “hóspedes de graduação”²³. Na banda nascente do Jardim de São João reconstrói-se a hospedaria

²⁰ ADB FMC, Congregação de S. Bento, 112 Tibães, *Estado de 1713, fls. 13v.-14; Estado de 1722, fl. 12v.; Estado de 1728, fl. 11; Estado de 1740, fl. 11; Estado de 1743, fl. 10; Estado de 1746, fl. 18v.; Estado de 1758, 1761 e 1764, fl. 15.; Estado de 1773, fls. 16v-17v.*; Tibães, *Livros do Depósito*, 577, 579, 582, 584, 587, 588, 593, 594, 595 e 598; *Livros das Obras*, 465; ADB Notas do Tabelião, Tibães, n.º 63; AMS *Cron.* 508-509, 531 e 575.

²¹ ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 586; Congregação de S. Bento, 112 Tibães, *Estado de 1734, fl. 19v.*; AMS *Cron.* 554-555.

²² ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 600; Congregação de S. Bento, 112 Tibães, *Estado de 1780, fls. 16v-17.*

²³ ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 601; Congregação de S. Bento, 112 Tibães, *Estado de 1783, fl. 10v.*

e residência abacial, entre os anos de 1780-85²⁴. Na sala do capítulo, entre 1783-85, fazem-se novas janelas, novos bancos e substituem-se os azulejos, e transforma-se o salão que antecede a sua entrada numa sala de lazer com bilhar²⁵.

A cerca conheceu importantes transformações, iniciadas com a construção do pátio alpendrado "do galo", c. 1716, a que se seguiu a armação da encosta da capela de São Bento em socalcos, a fixação de caminhos, o arroteamento de campos e o encaminhamento de águas (Costa 2003). No triénio de 1731-34 termina-se a construção do monumental escadório ou "Rua das Fontes", que em 1725 arrancara do meio da horta na diagonal em direção à capela de São Bento, que também foi reedificada²⁶. Datam já de finais do século o lago, dois moinhos, uma azenha, um lugar de azeite e um engenho de serrar, implantados na banda nascente da cerca²⁷.

Relativamente aos aspetos técnicos, não se identificam inovações, devendo apenas assinalar-se o grande cuidado colocado nas obras de engenharia hidráulica, patente nos bons aparelhos dos aquedutos.

Do ponto de vista artístico, interessa notar a predileção pela escultura arquitectónica, em pedra e em madeira, manifesta tanto nas fontes-retábulo do escadório como, especialmente, nas talhas que ornamentam as igreja e sacristia, bem como pela estatuária e pelo mobiliário, numa profusão de desenhos e soluções devedoras dos mais difundidos cânones barrocos²⁸.

Para as obras deste período conhece-se a identidade de vários riscadores, como André Soares, que desenhou praticamente toda a talha rococó da igreja, ou frei José de Santo António Vilaça, que desenhou o órgão; e também de mestres pedreiros, estucadores ou entalhadores, como Francisco Manuel, que esculpiu as janelas ovadas do pórtico da igreja (Rocha 1994, 124), Mathias Carneiro e Lourenço, que assentaram os azulejos do claustro do cemitério e da capela de São Bento e José Álvares de Araújo, que entalhou o retábulo da capela-mor²⁹. Ao arquiteto Manuel Pinto de Vila Lobos dever-se-à, provavelmente, o projeto da reconstrução do frontispício da igreja³⁰

²⁴ ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 603; Congregação de S. Bento, 112 Tibães, *Estado de 1789*, fl. 11.

²⁵ ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 602; Congregação de S. Bento, 112 Tibães, *Estado de 1786*, fls. 14v-15.

²⁶ ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 584, 585 e 586; Congregação de S. Bento, 112 Tibães, *Estado de 1728*, fl. 11; *Estado de 1731*, fls. 19v-20.; *Estado de 1734*, fl. 19v.; AMS *Cron.* 540-542 e 554-555.

²⁷ ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 606; Congregação de S. Bento, 113 Tibães, *Estado de 1798*, fls. 11v, 13, 14 e 15.

²⁸ Sobre a arte barroca de Tibães existe abundante bibliografia. Vejam-se, entre outros, R. Smith (1962, 1972), A. Mata e P. Oliveira (1999), N. Borges (1986) e J. Pereira (1995b).

²⁹ Estes e outros nomes documentam-se em ADB FMC, Tibães, *Livros do Depósito*, 593, 594 e 595; Congregação de S. Bento, 112 Tibães, *Estado de 1758*, 1761 e 1764).

³⁰ Em nossa opinião, o facto de Manuel Pinto Vilalobos aparecer como testemunha no contrato de adjudicação da empreitada, é um forte indício de que poderiam ser de sua autoria os "ditos apontamentos" cuja forma o mestre-pedreiro deveria cumprir (ADB Notas do Tabelião, Tibães, n.º 63).

Na perspectiva da estética barroca, o mosteiro de Tibães realiza-se como obra de arte total no decurso do século XVIII, graças especialmente a essa admirável encenação da natureza que é o escadório de São Bento ou, como lhe chamavam os monges, a *Rua das Fontes*, eixo referencial no cuidado ordenamento que a cerca conheceu neste século.

Quadro III. Materiais e aplicações na edificação moderna do mosteiro de Tibães.

		Fundações	Paramentos	Vãos	Pisos	Tetos	Coberturas	Acabamentos Decorações
Pedras	granito	X	X	X	X	X		X
	xisto	X	X					
	mármore				X			
	calcário				X			
	basalto				X			
Areias	fluviais alteração xistenta (nas argamassas)							
Argilas	ocre (nas tintas) “terras negras”						X	
Madeiras	castanheiro pinheiro		X		X	X	X	
Cal	(nas argamassas e tintas)							
Cerâmicas	telhas						X	X
	tijolos azulejos tubos (“alcatruzes”) [1]		X	X	X	X		
Argamassas	cal + areias fluviais e de alteração + cascalhos de granito e xisto	X	X		X	X		X
Tintas	pigmentos naturais e transformados [2]			X		X		X
Metais (e ligas)	ferro		X	X				X X X
	chumbo [3]			X				
	latão							
	bronze ouro							
Vidros	vidraças			X				

[1] Na adução e vazamento de águas [2] Ver Apêndice Documental [3] Na adução de águas

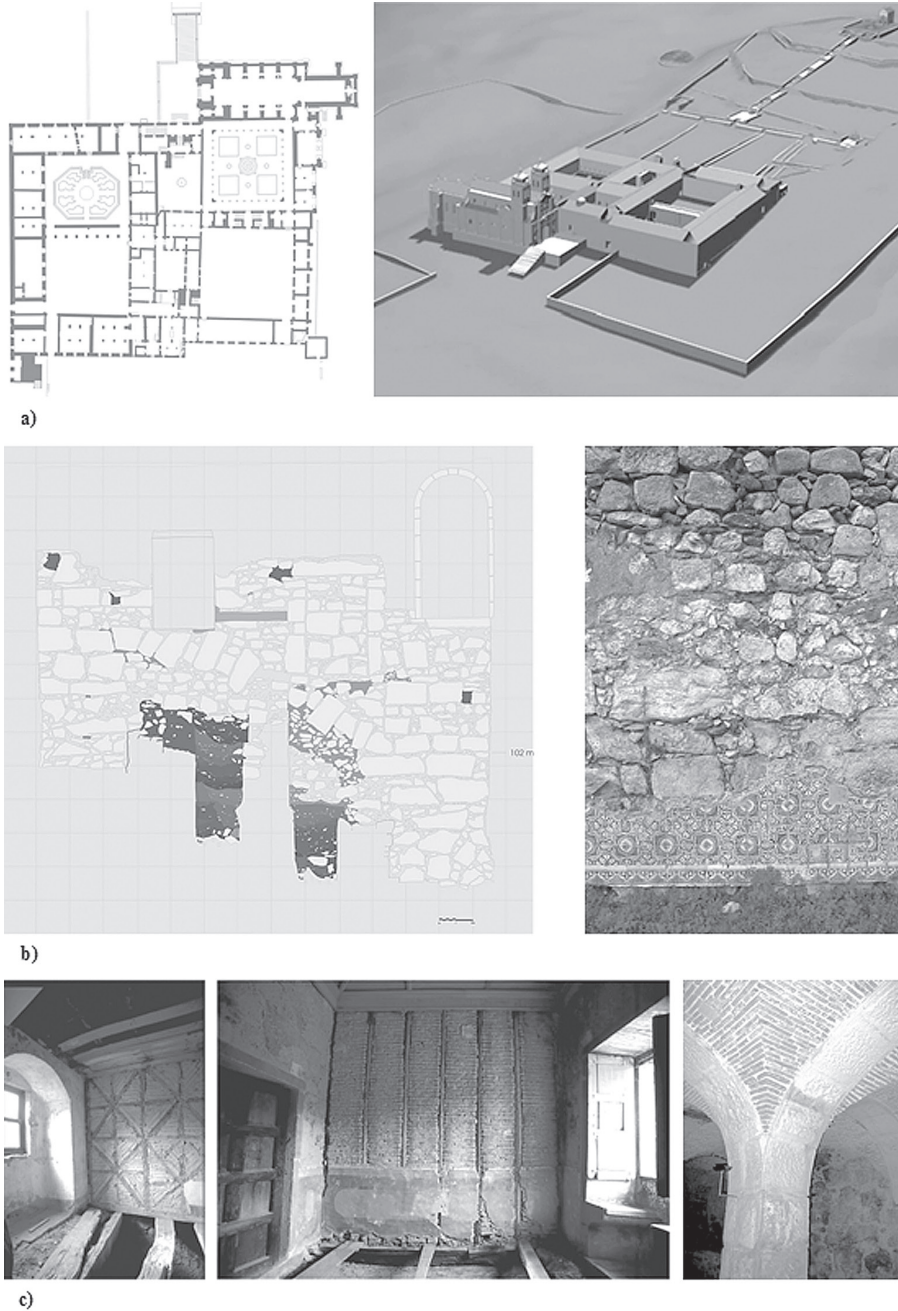


Fig. III. a) Planta do mosteiro moderno e proposta de restituição 3D do conjunto monástico. b) Pormenores de alçados de paredes do século XVII na zona da *Portaria dos Carros* e *Claustro do Refeitório*. c) Pormenores de soluções construtivas: *taipa de rodízio*, *taipa de prumo* e abóbada de tijolo sobre pilares *almofadados*.



a)



b)



c)



d)

Fig. IV. a) Pintura policromática sobre teto abobadado de tijolo. b) Pintura policromática sobre teto plano de madeira. c) Pintura policromática sobre revestimento argamassado de taipa. d) Pintura monocromática sobre paramento de granito.

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, A. e Silva, A., *Inventário do Fundo Monástico Conventual*, Braga, Arquivo Distrital/Universidade do Minho, 1985.
- Azevedo, R. (ed. de), *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, I (I), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958.
- Barroca, M., *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, (Tomo I), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.
- Borges, N., *História da Arte em Portugal.9 – Do Barroco ao Rococó*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.
- Cardoso, J., (tradução, notas e posfácio de), *Vida de S. Geraldo*, (2.^a ed.), Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1995.
- Costa, A., (ed. crítica de), *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesie*, I, Braga, Assembleia Distrital de Braga, 1965.
- Costa, M., "Muros da Cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães", in *Gramáticas de Pedra. Levantamento de tipologias de construção murária*, (Gabriella Casella), Porto, CRAT, 2003: 280-291.
- Dias, G., "O Mosteiro de Tibães e a Reforma dos Beneditinos Portugueses no século XVI", *Revista de História*, vol. XII, Porto, Centro de História da Universidade do Porto/JNICT, 1993: 95-133.
- Ferreira, N., Dias, G., Meireles, C. e Braga M., *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 5-D BRAGA*, Lisboa, Instituto Geológico e Mineiro, 2000.
- Fontes, L., *São Martinho de Tibães. Um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em Arqueologia da Paisagem e da Arquitetura*, Lisboa, Departamento de Estudos/IPPAR, 2005.
- Fontes, L. e Pereira, B., *Museu Pio XII. Coleção de Epigrafia e de Arquitetura Medievais (séculos IX – XIV)*, vol. I, Braga, Instituto de História e Arte Cristãs, 2009.
- Fontes, L., Vilar, B., Carvalho, H. e Ribeiro, J., *Museu Pio XII. Coleção de Epigrafia e de Arquitetura Antigas (séculos I. a.C. – VII d.C.)*, vol. II, Braga, Instituto de História e Arte Cristãs, 2009.
- Mata, A., "Ao Encontro dos Monges de Tibães", *Forum*, 15/16, Braga, Universidade do Minho, 1994: 55-92.
- Mata, A., "Fragmentos do Mosteiro de São Martinho de Tibães", *Património. Estudos*, 2, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitetónico, 2002: 80-85.
- Mata, A. e Oliveira, P., "Tibães e a síntese das artes na época barroca. O testemunho dos cronistas", in *Struggle for Synthesis. A Obra de Arte Total nos Séculos XVII e XVIII*, Actas do Simpósio Internacional (Braga, 11-14 Junho 1996), 2 vols., Lisboa, Instituto Português do Património Arquitetónico, 1999: 521-528.
- Mattoso, J., "Tibães na Idade Média", *Theologica*, II Série, XXVIII (Fasc.2), (Homenagem a Avelino de Jesus da Costa), Braga, Universidade Católica Portuguesa-Faculdade de Teologia, 1993: 391-406.
- Pereira, J., O Barroco do século XVIII, in *História da Arte Portuguesa*, Volume III, (dir. de Paulo Pereira), Lisboa, Círculo de Leitores, 1995: 51-181.
- PMH.Scrip., *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1856.
- Rocha, M., *Arquitetura Civil e Religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras*, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão / Universidade Portucalense, 1994.
- Smith, R., *A Talha em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1962.
- Smith, R., *Frei José de Sto. António Ferreira Vilaça, escultor beneditino do século XVIII*, 2 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.
- Tomás, frei Leão de S. (introdução e notas críticas de José Mattoso), *Benedictina Lusitana*, Tomo I, (edição fac-símile do original editado em Coimbra em 1644), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.

APÊNDICE DOCUMENTAL

ADB, Fundo Monástico Conventual – Tibães S. Martinho, Livros das Obras, 465

[Ano de 1769]

(...)

- *Dei ao carpinteiro Custodio Gomes por forrar o capítulo com os 4 pilares dos cantos, 50 000 reis, e pelos 4 do meio a 2 000 rs, 8 000 reis; e por desfazer e tomar a fazer um pedaço de forro no princípio da obra, 7 560 rs, e para três oficiais que ajudaram a serrar alguma madeira para a dita obra, 470, o que tudo soma 66 030 reis.*

- *Dei para 4 dias de jornal a um homem que ajudou a serrar madeira para o capítulo a 70 rs por dia, 280 reis.*

- *Dei aos caiadores que andaram a rebocar, compor e dealbar as paredes do capítulo, por 40 dias a 160, 6 000 reis; e para 38,5 dias a 120, 4 620 rs, o que tudo soma 10 620 reis.*

- *Dei para 72 vidros a 85 reis, 6 120 reis; e para 24 a 115 rs, 2 760 reis; e para 8 a 140, 1 120 reis, o que tudo soma 10 000 reis.*

- *Dei para gastos de um moço que foi a Freguesia de Gandarela chamar o carpinteiro para o solho do capítulo, 50 reis; e para quem andou comprando uma madeira para o capítulo, 85 reis, o que tudo soma 135 reis.*

- *Dei para 500 pregos, o cento a 200 rs, 1 000 reis; para 500 a 160, 800 reis; para 1 250 a 120 rs 1 500 rs; para 10 centos a 80 rs, 800 reis; para 10 centos de 60 rs, 600 reis; para 1 400 de 50 rs o cento, 700 reis; para 9 centos de 40 rs, 360 reis, o que tudo soma 5 760 reis.*

- *Dei ao carpinteiro Dâmaso de Abreu por solhar o capítulo e ante capítulo, fora os materiais que deu a casa, 11 000 reis.*

- *Dei para 22 pés de bancos dos assentos do capítulo a 340, 7 480 reis.*

- *Dei para 3 caminhos a Braga a uma mulher que foi buscar os sobreditos pés para os assentos do capítulo a 30 rs cada urn, 90 reis.*

- *Dei para 170 dias de jornais aos entalhadores por vários preços, 30 015 reis.*

- *Dei a José Correia, aparelhador, por 16 dias a 200 rs, 3 200 reis; a Manuel Alvares, aparelhador, por 26 dias a 180, 4 680 rs; a Pedro da Costa, aparelhador, por 24 dias a 140, 3 360 rs; a António Machado, aparelhador, por 25 dias a 140, 3 500 rs; a Manuel Martins, carpinteiro por 23 dias a 160, 3 680 rs; a Domingos Gonçalves, desbastador, por 26 dias a 200 rs, 5 200 reis; a Manuel Machado, desbastador, por 21 dias a 160, 3 360 rs; a João Nunes, farpador, a 160 rs 14, 5 dias, 2 320 rs; a João Machado, farpador, por 26 dias a 120, 3 120 rs; a António José, alimpador, por 26 dias a 150, 3 900 reis; a Mateus Correia, alimpador, por 19 dias a 150, 2 850 rs; a José Joaquim, alimpador, por 18,5 dias a 150, 2 765 reis, o que tudo soma 41 845 reis.*

- *Dei para 136,5 dias de jornal aos entalhadores a saber, António Machado, 14; Manuel Alvares, 16; Pedro da Costa, 16; João Machado, 16; António José, 16; Mateus Correia, 14; Manuel Machado, 16; José Correia, 14; Domingos Gonçalves, 14,5, todos pelo preço acima declarado, 21 760 reis.*

- *Dei para 1 360 pregos para o solho do capítulo e ante capítulo a 300 rs o cento, 4 080 reis.*

- *Dei para 400 pregos a 200 rs o cento, 800 reis; para 200 a 120, 240 rs; para 300 a 100 rs, 300 rs; para o capítulo importa tudo, 1 340 reis.*

- *Dei para 8 enchumbadouros para as frestas do capítulo, 640 reis.*

- *Dei para a condução de 21 sacos que vieram do Porto com cal, a 5 rs cada. 1 105 reis.*

- *Dei para 196 dias de jornal aos entalhadores a saber, Domingos Gonçalves; Manuel Machado; Manuel Alvares; Pedro; João Machado; António José; José Correia; Mateus Correia; António Machado, pelos preços antes declarados; António da Rocha a 180 rs, 32 030 reis.*

- *Dei para 7 dúzias de tabuado, a 2 250 a dúzia, 15 750 reis.*

(...)

[Ano de 1770]

(...)

- Dei para um moço que foi a freguesia de Gandarela chamar o carpinteiro Dâmaso de Abreu, 50 reis.
 - Dei para 87 dias de jornal a Tomás e mais galegos que andaram plantando Oliveiras e tirando o entulho do pé da Igreja e caminho da Horta, a 120 a seco, 10 440 reis.
 - Dei para 4 tábuas para os assentos do capítulo a 300 rs, 1 200 reis.
 - Dei para dia e meio de jornal a Manuel Álvares, aparelhador, a 180 rs, 270 rs; e para 9 dias a Pedro da Costa a 140, 1 260 rs, o que tudo soma 1 530 reis.
 - Dei a Pedro da Costa, aparelhador, por ordem do N.º R.mo, de caridade, 240 reis.
 - Dei ao irmão Fr. José de S.º António, por ordem do N.º R.mo, de caridade, 6 400 reis.
 - Dei, por ordem do N.º R.mo, ao aparelhador Manuel Álvares, de caridade, 240 reis.
 - Dei ao Dâmaso de Abreu, que fez o forro do ante capítulo, por ordem do N.º R.mo, atendendo ao que perdem, por caridade, 2 400 reis.
 - Custaram os 5 quadros do capítulo 105 600 reis, o qual dinheiro deu um benfeitor e por isso não vai lançado fora, por não pertencer às minhas contas e o pus aqui para memória do que custaram.
 - Dei para gastos de caixão e mais gastos de frete e condução desde Lisboa até este Mosteiro dos sobreditos quadros, 1 780 reis.
 - Dei para um emblema para cima da porta do capítulo que veio de Lisboa, e gastos que se fizeram na condução para este Mosteiro, 14 380 reis.
 - Dei para dúzia e meia de cadeiras 12 960 rs, e para 1 dúzia 12 000 rs, de pôr os couros em todas, 15 240 rs, o que tudo soma 40 200 reis.
 - Dei para preguinhos para se pregar nas grades os quadros do capítulo, 600 reis.
 - Dei por 4 dias de jornal a um carpinteiro que andou fazendo as grades para os quadros do capítulo a 160 rs, 640 reis.
 - Dei para 1 463 azulejos finos para o capítulo, 51 203 reis, e para 848, 16 960 reis; para quatro caixões, carpinteiro, madeira e pregos para os últimos que vieram, 1 270 reis; para frete, 2 760 reis; para descargas, guarda, barcos, despachos, carretos para o Mosteiro do Porto e para este Mosteiro, certidão para a mesa censória, para esmalte para reparar algumas faltas, 6 020 reis; de o assentar, 5 850 reis, o que tudo soma 84 067 reis.
 - Dei para 5 dias e meio de jornal a um caiador que andou rematando o azulejo do capítulo a 180 a seco, 990 reis.
 - Dei para 8 caminhos a Braga a 2 mulheres que foram buscar as cadeiras antes declaradas, a 30 rs cada uma, 240 rs; e para uma que foi a S. Jerónimo buscar arestas, 20 rs, o que tudo soma, 260 reis.
- (...)

ADB, Fundo Monástico Conventual – Tibães S. Martinho, Livros das Obras, 466

[Ano de 1780]

(...)

Pagou-se 115 dias de jornais de pintores que pintaram as celas da galeria, as fontes da horta, figuras, chafarizes e varias obras, 23.140 rs
Dei para tintas das celas novas da galeria, fonte, figuras e santos, chafarizes e para óleos, cola e mais materiais necessários, 79.680 rs
Dei ao M. Pedro por 21 dias e meio a 245 rs, 1.160 rs. Dei mais por 18 mas a 300 rs a seco 5.400 rs
Dei a Rodrigo pintor por 14 dias a 260 rs a seco, 3.640 rs
Dei para tintas: 48.775 rs
Charão fino – 26 onças
Aguarrás – 29 arráteis e 3/4 e mais 2 onças
Gesso cré – 3,5 arrobas

Alvaiade grosso – 3 arrobas
Cola do Porto – 26 arráteis
Charão de aguarrás – meio quartilho
Óleo – 1 arroba de retalho do Porto
Fezes de ouro – 12 arráteis
Vitriolo – meio arráte1
Ocre – 2 arráteis
Óleo de nozes – meia canada
Flor fina escura – 8 onças
Alvaiade fino – 3 arrobas
Alvaiade entre fino – 2 arrobas
Óleo – 43 canadas
Dei mais para tintas – 31.250 rs
Gesso cré – 4,5 arrobas
Alvaiade fino – 2,5 arrobas
Alvaiade grosso – 8 arrobas
Alvaiade entre fino – 1 arroba
Fezes de ouro – 2 arráteis
Aguarrás – 2 canadas
Agua rosa – meia quarta
Óleo de nozes – 1 quartilho
Vermilhão fino – onça e meia
Óleo – 6 canadas
Pós – 2 barris grandes
Anil – meio arrátel
Charao fino – meia canada
Charao grosso – 1 quartilho
Flor de anil- 1 onça
(...)

RESUMO: Fundado nos finais do século XI, o mosteiro beneditino de São Martinho de Tibães, Braga, conheceu diversas reconstruções, ampliações e remodelações, até à sua extinção em 1834-36.

Readquirido pelo estado português em 1987, tem vindo a ser objeto de um amplo programa integrado de intervenção promovido pelas entidades da tutela, programa que contempla investigações multidisciplinares, com o duplo objetivo de proporcionar informação à elaboração dos projetos de obras e de fomentar o aumento de conhecimento de múltiplos aspetos da história do mosteiro.

Neste trabalho e com base nas investigações arqueológicas e documentais, apresentam-se alguns dados relativos aos materiais construtivos utilizados nos edifícios do mosteiro de Tibães, tendo por referência os três principais ciclos construtivos identificados: séculos XI-XII; século XVI; e séculos XVII-XVIII.

Palavras-chave: Mosteiro de Tibães; Arqueologia da Arquitetura; Materiais construtivos medievais e modernos; Fontes documentais.

ABSTRACT: Founded in the late eleventh century, the Benedictine monastery of St. Martin of Tibães, Braga, met several reconstructions, renovations and expansions until its extinction in 1834-36.

Reacquired by the Portuguese Government in 1987, has been the subject of a comprehensive integrated program of intervention promoted by the supervising authorities, which includes multidisciplinary research program with the dual purpose of providing information to the preparation of projects works and to promote increased knowledge of multiple aspects of the history of the monastery.

In this work, based on archaeological and documentary research, we present some data on construction materials used in buildings of the monastery of Tibães, by reference to the building identified three main cycles: XI-XII centuries, the sixteenth century, and seventeenth-XVIII.

Key-words: Tibães Monastery; Archaeology of Architecture; Medieval and modern building materials; Documentary sources.

